São pessoas que necessitam desse direito; são pessoas que ganharam na Justiça o seu direito. E, nós estamos tirando esse direito dessas pessoas. Todos os senhores e as senhoras aqui têm votos dos humildes também, e fizeram isso, aqui, hoje.

Então, é bom nós lembrarmos que devemos uma satisfação ao nosso eleitorado. O deputado Gil Diniz veio aqui e falou que tem 214 mil votos. Eu também tenho 214 mil votos, e nós somos responsáveis por esses votos.

Nós estamos tratando mal o nosso povo, o nosso colaborador. Isso me causa muita preocupação. Eu respeito todas as opiniões, mas é muito interessante vermos, de última hora, a mudança de atitude; pessoas mudarem, de repente, no estalo.

Eu não sei se foi o Espírito Santo que soprou no ouvido. Alguma coisa aconteceu. Mas, houve uma mudança repentina. Então, meus amigos, senhoras e senhores deputados: nós temos que pensar no que estamos fazendo aqui.

Nós estamos deixando de cobrar do rico e tirando do pobre. Isso não se faz. Isso não se faz. Eu sou funcionário público há 40 anos, entrei com 17 anos na Polícia Militar, tenho precatórios para receber – mas, não me atinge, porque meus precatórios são superiores a isso.

Ou seja, a grande maioria, os precatórios são superiores a 30 mil. O que tinha menos de 30 mil é uma quantia insignificante, pequena. É uma economia que não deveria estar sendo feita, porque está prejudicando o mais humilde, o mais simples, que nós estamos desprezando aqui nesta noite.

Agora, não adianta reclamar, porque já foi votado. Então, eu vou crer que é inocência, que é inexperiência; que aqueles deputados que puseram "não" antes dos 48, ou se abstiveram antes dos 48, foi na inocência.

Mas, então, aprendam a regra do jogo; aprendam a regra do Regimento. Porque nós, hoje, conseguimos aprovar um projeto que, infelizmente, vai atrapalhar a vida de pessoas que contavam com esse dinheiro, com esse precatório.

Então, eu quero deixar bem clara aqui a minha posição. O Conte veio falar comigo, o Nishikawa, o Tenente Nascimento, o Mecca, o pessoal da Polícia Militar, vieram conversar comigo, o Danilo, e pediram para deixar bem claro que a nossa posição sempre foi "não", e nós mantivemos essa posição até o final, tanto que pusemos o voto "não" lá depois dos 48 já concluídos.

Então, aqui é papo reto, como a gente falava na Rota. O que está firmado está firmado. Não tem meio termo. Não tem meio grávida. Ou está grávida ou não está. Não tem meio grávida para a gente. Então, se a gente firmou alguma coisa, por mais que a gente tenha aqui consideração, o meu partido é aliado do governo, mas aqui, parafraseando o Campos Machado, aliado não é alienado.

Então, nós temos que rever essas coisas, pensar no que nós fizemos aqui hoje. Então, parabéns ao governo pela vitória, mas eu deixo bem clara a minha posição aqui. Me permitam os demais policiais militares falar em vossos nomes também, e deixar bem clara a nossa posição como policial militar, como funcionário público, inclusive, o Agente Federal Danilo Balas também nesse grupo. A nossa posição foi bem clara, que nós fomos o tempo todo contra esse projeto e votamos "não". Infelizmente, o projeto passou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para indicar o deputado Barba para falar pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor viu que a gente fez uma inversão, para confundir o ataque.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não, não. É regimental a ação e a inversão de Vossa Excelência.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, é regimental. É só uma inversão, para confundir o ataque.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, eu sei que está todo mundo querendo terminar logo esse debate, pelo avançar da hora, mas hoje foi um bom debate aqui. Nós combatendo aqui um bom combate, deputado Nishikawa.

Nós quase conseguimos derrotar uma proposta do governo aqui. Isso é para vocês verem... Eu estou voltando a esta tribuna para chamar atenção dos deputados, para vocês verem a importância da independência e da autonomia dos deputados. Quando se tem alinhamento ideológico, não tem problema, eu nunca fui contrário a isso. Você é testemunha, deputado Coronel Telhada. Eu sempre falei isso aqui.

A melhor coisa que nós fizemos nesta Casa foi quando nós aprovamos as emendas aglutinativas, porque antes a farra era maior ainda, quando tinha as emendas parlamentares impositivas. Então, o governo pagava para quem queria para garantir o voto. Era dessa maneira. Hoje já não tem mais isso, mas o governo exerce um poder de pressão.

Por exemplo, o presidente da Mesa, que tinha a responsabilidade de conduzir a Mesa... O deputado Edmir Chedid estava lá atrás. Ele: "vai votar o deputado Edmir Chedid". "Vai votar o fulano de tal lá atrás". Sabe, vinha correndo lá de trás. "Fulano de tal vai votar", e o deputado líder do governo correndo para tomar o microfone, para querer obrigar um deputado a votar, e o deputado Márcio estava ali conferindo se podia já votar ou não, se já tinha dado os 48 ou não, para ele poder registrar o voto contrário dele.

Então, nós assistimos aqui várias cenas. E aí, o nobre deputado Heni acabou de me consultar ali. Ele falou assim: "qual a diferença do meu voto 'não' e do voto de vocês 'não'?". A diferença é simplesmente uma. O nosso voto "não" foi depois dos 48 votos, depois que deu quórum, e nós quase derrotamos o governo depois que deu quórum.

Nós botamos 36 votos, deu 40 votos, 41 a quarenta. Nós estamos cobrando a ausência de deputados. Nós vamos cobrar. Eu já cobrei. Minha bancada estava aqui. Eu fiz reunião da bancada hoje e exigi. Eu falei: "têm que estar lá as três deputadas e os sete deputados". Os dez deputados do PT estavam aqui em toda a votação.

Agora eu liberei a bancada, porque o principal já foi votado, mas vi um deputado votar aqui, que ele se intitula Xerife do Consumidor. Votou contra 620 mil trabalhadores. O deputado Wilson, Xerife do Consumidor. O outro deputado, Frederico d'Avila, poderia ter votado "não" e deixado a bomba na mão do presidente. Ele tinha que votar "não" e botar para você decidir. É lógico. Tem coisa que é assim. Tem coisa que você tem que fazer dessa maneira, deputada Janaina.

Então, por exemplo, deputado Enio, a maioria da bancada do PSL só votou depois que deu quórum. Sou testemunha disso. Fui lá pedir ao deputado Gil Diniz e falar: "Vamos agora botar todo mundo para votar 'não', para ver se a gente derrota". A bancada do DEM votou fechadinha, menos o Arthur do Val, que não está aqui. Está justificado, está em amarelo, está licenciado, tem alguma justificativa.

Na primeira, para aprovar o método de votação, quatro do PSL ajudaram. Se não votam os quatro, a gente já derrubava o método de votação. Encerrava ali. O governo iria para a segunda extra e o Carlão iria botar pressão em vocês, deputado Rogério, líder do DEM, que acabei de citar aqui agora. O deputado Edmir Chedid entrou correndo e o Cauê gritando: "Vota, vota, Edmir, vota, vota!". Volta e vota, não é?

Então, precisamos olhar, temos que olhar isso com muito carinho, porque hoje foi um momento histórico. Alguns deputados têm que olhar. Tem limites para ser governista. Eu estou realmente surpreso com o deputado Vinícius Camarinha. O João Doria quase destruiu, no segundo turno, o candidato a governador do estado Márcio França, em quem eu votei no segundo turno para tentar derrotar o João Doria.

Mas vou te falar: o PSB está mais governista do que o PSDB. Não são todos. Três deputados do PSB votaram contrários. Eu sei, estou com a lista, com o espelho de votação na mão. Peço desculpas, com toda razão, você tem o direito de cobrar. Depois o deputado Vinícius Camarinha vai me cobrar também.

Aliás, logo, logo vai estar mudando de idade, o nobre deputado a quem respeito muito. Estou fazendo uma crítica porque acho que, em algumas votações, vocês não vão votar com o PT, mas em algumas vocês têm que pelo menos dar uma enquadrada no João Doria.

O Roque Barbiere, nossa senhora! Você é governista, você assume. Esses dias você subiu aqui para fazer uma defesa dos 5% da Polícia Militar. Tanta gente do governo para defender, você não precisava vir defender. Deixasse para os caras defenderem.

Daqui a pouco, vai haver um debate quente nesta Casa, o debate da reforma da Previdência. Eu vou assistir, de novo, ao Novo votando a favor de aumentar a tarifa de 11 para 14%, do funcionalismo público do estado de São Paulo. Estou prevendo que vocês vão fazer isso, porque vocês pensam assim. Eu conheço o modelo de vocês. Conheço o modelo. Botam na conta do trabalhador.

Botam na conta dos empresários 17 bilhões, 490 milhões de reais de renúncia fiscal. Botam lá na conta dos empresários. Vocês são a favor dos empresários, não tem problema. Digam isso. Não tem problema, mas digam: "Nós aqui votamos a favor dos empresários. Quando for contra os trabalhadores, votamos contra os trabalhadores". Tem que dizer, não tem problema. Isso faz parte da disputa política.

Faz parte de uma bandeira de como vocês ganharam as eleições. Vocês não estão mentindo. Estranhamos essa mudança muito rápida. Na primeira, obstruíram; na segunda, quatro votos muito rápidos. Não tinha dado quórum ainda, o voto foi no terminal. O voto foi no terminal. Na primeira, vocês obstruíram junto conosco.

Mas vamos continuar, tem mais debates aqui. O que eu quero abordar com vocês, gente? Não tem problema, é tarefa do deputado Barros Munhoz, você que é um homem experiente, líder do Governo. Você nunca mentiu, você sempre gostou de ser governista. Você sempre defendeu, desta tribuna, o governo. Sempre defendeu.

O deputado Marcio da Farmácia chegou a esta Casa, primeiro mandato, o Podemos... De vez em quando, o deputado Aprigio dá uma destoada e vota uma conosco, mas o deputado Márcio vai lá tentar botar no... Sabe? Não tem problema, mas você é governista por quê? É por uma questão ideológica. Você é um cara de centro, um pouquinho para esquerda, de vez em quando, ou um pouquinho para a direita, mas sendo centro. Você é um deputado que tem uma história e eu respeito isso.

Mas o João Doria quase destruiu o Márcio França. O senhor, depois de 11 anos e anos do PSDB, deixou o PSDB, porque eu acho que não concordava com a candidatura do João Doria. Não que não pudesse ser candidato, pela questão da falta de fidelidade com o Geraldo Alckmin para presidente. Essa foi a questão - pelo menos ouvi nos bastidores, e o senhor confirma agora acenando com a cabeça. Então, tem coisas que não têm problema, mas os deputados precisam ter um mínimo de independência e autonomia.

Deputado Rafa Zimbaldi, deputado Thiago Auricchio, é um deputado só, mas um voto contrário ao João Doria, você não sabe o estrago que faz. Se tivesse votado contrário ali, eram 41 para nós e 40 para ele, ele ia ter que dialogar melhor com você. Eu sei que a pressão do Carlão é grande, o Carlão bota pressão.

Ele corre, liga, é o cara que mais usa aqui o microfone. Deve ter dado um suador na deputada Marta Costa para ela votar contra antes, para poder dar quórum. Deputado Altair Moraes, a mão do governo é pesada, e quem entra no jogo do governo, o governo bota pressão mesmo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Então, eu não podia deixar de fazer esta fala. Com todo o respeito que eu tenho pelos deputados, eu acho que vocês estão governistas demais. Precisam deixar um pouquinho de ser governistas, para a gente poder avançar nesta Casa com projetos de deputado, com outras coisas, como dobrar o valor das emendas impositivas - e nós vamos fazer esse debate -, como fazer o governo pagar as emendas. Com essa mansidão que vocês estão... É isso, muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar pela bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra Vossa Excelência. Só lembrando ao deputado Barba que, toda vez que ele pede verificação, que ele entra correndo naquele corredor lá atrás e levanta a mão, se eu não dou a verificação para ele de votação, ele questiona que eu não ouvi. Da mesma forma, os deputados que entraram no corredor ali levantaram a mão falando que eles queriam votar, e eu ouvi. Então, não posso ter dois pesos e duas medidas, deputado Barba. Com a palavra a deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Hoje a gente, infelizmente, aprovou um calote aos servidores públicos. Para quem não entendeu a votação, que foi uma votação bastante complicada, com até 48 votantes "sim" ou "não" não dá quórum para a votação, e a votação volta à pauta.

Por isso, a primeira movimentação foi a obstrução, impedindo que se tivesse 48 votantes. Depois dos 48 votantes é que a gente passou a tentar então equilibrar a votação com o "não". Por isso também a cobrança à bancada do Novo.

Eu estava aqui conversando com o Heni, com a intimidade que a gente tem. Acho que o eleitor tem que saber que, durante uma votação acirrada como essa, um voto de primeira "não" não é "não" na verdade, é colaboração para o quórum em uma maioria que a gente sabe que a gente ia perder.

Então, o Novo contribuiu, sim, por querer, para a aprovação de um calote aos credores. Pode não concordar com o serviço público, pode não ter apreço aos servidores públicos, mas aprovou um calote a todos os credores do estado de São Paulo, deixando de se tornar precatório acima de 11 mil reais.

Mas, além disso, a gente observou muitas coisas aqui hoje. A gente observou, por exemplo, que a gente chegou muito próximo de uma derrota do governador do estado de São Paulo. A gente observou os servidores públicos se organizando para vir aqui pressionar e fazendo uma pressão sobre uma base importante, que é a bancada da bala, que se diz defensora dos policiais e que, desta vez, se posicionou quase que inteira a favor dos servidores públicos, se reconhecendo como tal, mostrando que a gente pode inaugurar aqui um período de dar muito trabalho à base do governo nesta Casa.

A gente tem que observar isso e a gente também tem que observar qual é o momento da extrema-direita. A extrema-direita, que uma parte se abriga no PSL e em outros partidos, está encontrando, Gil, abrigo no PSDB. Se o senhor não sabe, mas eu tenho certeza de que o senhor sabe, tem algumas pessoas do seu partido que estão muito a fim de mudar de partido e por isso respondem mais à base do governo do que o senhor, que inclusive está muito famoso, aparecendo nos jornais toda semana.

A gente está acompanhando, infelizmente, a ascensão da sua figura nos tabloides quase que policiais. Então, a sua bancada não responde à sua autoridade porque é isso, base da extrema-direita está tentando mudar para o PSDB e o PSDB está dirigindo.

O PSDB também que sentiu, agora, o que é ter o PSL na oposição, né, Cauê? Com todo o respeito à Presidência, mas já se repetiu anteriormente, aqui, um episódio em que o Gil agiu até com mais violência contra a minha pessoa, colocou o dedo no meu nariz, gritou comigo e tumultuou aqui na frente. Foi o deputado Paulo Fiorilo que teve que separar a briga. Hoje ele tentou, ensaiou com o senhor, mas, claro, não vai medir força com o senhor como mediu comigo naquele episódio.

E, pasme o senhor, agora ele processa a deputada Erica Malunguinho pela briga que, em vídeo, eu tenho documentada que foi comigo. Então, ele tenta manipular, aqui, a informação. Mas está inaugurada, agora, no PSL, de fato, a oposição do PSDB nesta Casa, marcada pela briga entre os senhores.

E não adianta ficar bravo comigo. Quem não correspondeu foi a sua bancada. A bancada não responde à liderança do senhor. Foi uma pena, uma pena mesmo. A gente tem que assumir aqui que uma parte da bancada quer se abrigar no PSDB.

Agora, eu quero ver como o PSDB vai lidar com essa novidade que é esse grau de violência, porque é disso que se trata a postura de alguns parlamentares aqui nesta Casa, contra eles.

E, mais uma vez, Gil, já disse para o senhor que agradeço muito quando o senhor traz aqui ao palanque a briga nacional do PSL, porque a gente está assistindo com muito entusiasmo a briga interna desse partido. Eu estou querendo ver como vai se desdobrar, aqui na Assembleia Legislativa, a atuação do partido sem partido, cuja metade já está com um pezinho dentro do PSDB.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Em votação o item 3. Emendas de 1 a 6, englobadamente. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. Rejeitadas.

O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT – Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – É regimental o pedido de V. Exa., a partir desse momento vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontram em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

* * *

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte ordem do dia: Projeto de lei 899, de 2019.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB – Sr. Presidente, sobre a votação, quem quer rejeitar as emendas, para a gente votar "não".

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – O deputado Carlão Pignatari sugere, para rejeitar as emendas, o voto "não".

O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT – Oriento, depois de toda a votação, que quem é a favor das emendas, vote "sim". Não tenham pressa.

O SR. MILTON LEITE FILHO – DEM – Um esclarecimento. Esse é o último item?

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Esse é o último item. Não tem mais votação depois desse item.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Declaro a obstrução da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – O PSOL está em obstrução.

O SR. PAULO LULA FIORILO – PT – Com a anuência do líder, coloco o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – O PT está em obstrução, com a anuência do líder Barba.

O SR. ED THOMAS – PSB – Com a anuência do líder Vinícius, coloco o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Deputado Vinícius Camarinha, existe anuência? Existe anuência. Está em obstrução o PSB.

O SR. MARCIO NAKASHIMA – PDT – PDT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Está em obstrução o PDT.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS – REPUBLICANOS – Para colocar o Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – O Republicanos está em obstrução.

O SR. DELEGADO OLIM – PP – O Progressistas está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Progressistas em obstrução.

O SR. THIAGO AURICCHIO – PL – O PL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – O PL está em obstrução.

O SR. GIL DINIZ – PSL – O PSL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – PSL em obstrução.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Para colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Podemos está em obstrução.

O SR. FERNANDO CURY - CIDADANIA - Para colocar o Cidadania em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Cidadania está em obstrução.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Com a anuência da líder Marta Costa, colocar o PSD em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSD está em obstrução, com a anuência da líder Marta Costa.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Para colocar o Avante em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Avante está em obstrução.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Para colocar o Novo em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Novo está em obstrução.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - O MDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O MDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento eu desconvoco a segunda sessão extraordinária.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA – PODE - Para colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Podemos está em obstrução.

A SRA. ADRIANA BORGO - PROS - PROS em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PROS está em obstrução.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - A Rede está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Rede está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Transcorridos quatro minutos, neste momento vamos abrir os terminais eletrônicos para que os deputados possam votar "sim", "não", ou registrar abstenção nos terminais eletrônicos dispostos em suas mesas.

* * *

- É feita a votação pelo sistema eletrônico.

* * *

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Para registrar o meu voto como "não".

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Como não abri os microfones ainda, deputada Analice, vou pedir se V. Exa. pode registrar em alguns minutos.

E não abro ainda, deputado Roque, porque se eu abrir os microfones, o terminal eletrônico não funciona. Então tenho que esperar os votos eletrônicos.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Para colocar o PTB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PTB está em obstrução.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - PCdoB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Transcorrido o tempo regimental, neste momento vamos abrir os microfones de aparte para que aqueles Srs. Deputados e Sras. Deputadas que não conseguiram realizar os seus votos possam fazê-lo pelos microfones de aparte.

* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo mais registros de votos, neste momento vamos passar à proclamação do resultado. Está encerrado o processo de votação. Participaram desse processo 42 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sendo 41 "não" e este presidente, que não vota, quórum insuficiente para aprovar ou rejeitar o item 3, ficando a votação deste item do método de votação adiada.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 46 minutos.

* * *

- É inserido texto não lido em plenário.

* * *

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo – Alesp.

PL 899/2019

ISADORA MARTINATTI PENNA (DEPUTADA ESTADUAL "ISA PENNA"), vem, respeitosamente à presença de V. Exa., nos termos do artigo 200 da XIV Consolidação do Regimento Interno, apresentar DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO contrária à aprovação do Projeto de Lei 899 de 2014, requerendo que seja publicada na ata impressa dos trabalhos, nos seguintes termos:

O Projeto de Lei 899/2019 propõe reduzir substancialmente, a quase um terço, o valor máximo de levantamento de Requisições de Pequeno Valor, de 1.135,2885 UFESP para 440,214851 UFESPs.

A medida não deve ser aprovada por esta Assembleia, em primeiro lugar, pois viabiliza um modus operandi do Estado que deve ser veementemente combatido, qual seja esse costume de lesar os cidadãos com a segurança de que eles estarão desestimulados de buscar pela satisfação de seus direitos, diante da demora infindável de pagamento dos precatórios.

É, ainda, conveniente para os políticos que as consequências financeiras de suas ações cheguem anos após o término de seus mandatos, por isso não existe receio ao lesarem grupos populacionais e categorias profissionais (como, por exemplo, os servidores públicos).

Não é justo legalizar o prejuízo para o povo, penalizando os credores do Estado em razão de ajustes financeiros de seu Governo, que tem uma agenda nítida no sentido de manter a concentração de renda nas mãos de tão poucos.

Nesse sentido, o presente Projeto de Lei revela uma escolha econômica do Estado em prejuízo da população, favorecendo os grandes interesses econômicos – que, em contrapartida, não são sujeito passivo de medidas fiscais que os onerem.

A escolha é clara e reflete um projeto político que privilegia a manutenção dos interesses de classe atuais, utilizando-se para tanto da retirada de direitos nos diversos níveis federativos, pela a reforma da previdência, pela estipulação de teto de gastos em serviços públicos, pela redução de salários e vencimentos de servidores públicos, pela reforma trabalhista, pela precariedade dos serviços públicos, dentre diversos outros fatores.

E, como se não bastasse, trata-se de Projeto de Lei que padece de inconstitucionalidade insanável, notadamente quando confrontado com o § 4.º do art. 100, da Constituição Federal, por descurar-se da análise de proporcionalidade de pagamento de acordo com a capacidade econômica de cada Estado.

Ora, o Estado de São Paulo possui a maior capacidade econômica do país, sendo de todo descabida a pretensão de manter um padrão de pagamento tão reduzido, especialmente se considerada a sua receita.

A redução de valores se cogita apenas a Estados Federados com menor capacidade financeira, sob pena de profundo ferimento da dignidade da população paulistana, já lesada pelo Estado, composta por cidadãs e cidadãos que pretendem ver a satisfação dessas dívidas ainda em vida.

Por isso, a presente declaração de voto contrária ao Projeto de Lei n.º 899/2019.

Nesses termos, pede deferimento.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

Isa Penna

Deputada Estadual

6 DE NOVEMBRO DE 2019
140ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, LECI BRANDÃO, CONTE LOPES, PAULO LULA FIORILO e MAJOR MECCA

Secretaria: DR. JORGE LULA DO CARMO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Comunica a presença de estudantes da Etec Padre Carlos Leôncio da Silva, de Lorena, acompanhados dos professores Robson Roseno Cardoso e Iris Renata de Carvalho.

2 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Lamenta a desigualdade regional e social na Capital. Diz ser morador da periferia. Exibe vídeo e discorre acerca do tema. Enumera a diferença de qualidade de vida dos moradores da periferia por falta de boas políticas públicas. Clama aos pares que se preocupem com a inclusão e transformação social dos menos favorecidos.

3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Convoca os Srs. Deputados para sessão solene a realizar-se no dia 22/11 às 10 horas, para prestar "Homenagem aos 25 anos da Universidade Federal de São Paulo, Unifesp", por solicitação dos deputados Enio Lula Tatto e Teonilio Barba Lula.

4 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

5 - CORONEL TELHADA

Cumprimenta os escrivães de polícia pelo seu dia, comemorado ontem. Parabeniza o Dia Nacional do Amigo da Marinha, Soamar. Detalha a morte de policiais militares no Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Lamenta a morte de 55 agentes de segurança, neste ano, no Rio de Janeiro. Exibe vídeos referentes à violência urbana. Defende que o cidadão use armas para sua proteção. Lamenta as críticas recebidas em vários meios de comunicação.

6 - CONTE LOPES

Informa ao deputado Teonilio Barba Lula que não precisa de orientação em seus trabalhos, nesta Casa, pois vota com consciência. Diz ser favorável a coligações partidárias. Reitera que não vota contra o funcionalismo público. Comenta sobre o trabalho forte dos policiais militares contra os pancadões. Narra fatos acerca de sua carreira. Elogia a Polícia Militar.